



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Resultados da Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

O evento foi realizado no dia dois de junho no município de Luziânia (GO), no formato presencial.

Data: 02 Junho de 2025, com atividades documentadas até a manhã do dia 03 de junho e agenda de alinhamento às 18h
Local: Presencial, no município de Luziânia (GO)

1. Abertura do Evento

A abertura dos trabalhos contou com mística conduzida por representantes de diferentes segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais, com participação de Samuel Caetano, Cacique Ramón Tupinambá, Santino, Célia, Cacique Eliseu e Mãe Renilda, evidenciando a diversidade cultural e os modos de vida dos povos

2. Falas dos Membros da Mesa de Abertura:

- Moisés Sarraf - Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Secretaria Executiva da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).
- Cláudia de Pinho - Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais (DPCT/MMA).
- Samuel Leite Caetano - Presidente do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).
- Edmilton Cerqueira - Secretário de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SETEQ/MDA).

3. Apresentações Institucionais / Seminários:

- **Resgate Histórico do processo de construção da Minuta do Decreto:** Samuel Caetano, Cláudia de Pinho, Patrícia da Silva (Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN), Marina (Organização Terra de Direitos) e Fábio Martins (Assessor jurídico da Rede Cerrado). Contribuições da plenária foram realizadas por Maria Alaídes, Hudson (Casa

Civil), Ednalva (Conselheira CNPCT), Cacique Ramon Tupinambá, Maria das Graças (Quilombola), Mãe Renilda, Adriana (Caiçara / Rede PCTs), Santino, Verônica (Juventude CNPCT) e Alícia Salvador (Conselheira CNPCT).

- **Apresentação Institucional da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT):** Sra. Edel Moraes Souza, Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, com mediação do Sr. Samuel Caetano.
- **Leilões de Petróleo:** Apresentação realizada pela Sra. Nicole Oliveira, Diretora Executiva do Instituto ARAYARA, com intervenções da plenária pela Sra. Maria Ednalva, Sra. Célia e Sra. Tainá.
- **Apresentação dos grupos de trabalho:** Iniciada pela Sra. Marina, com apontamentos do Sr. Samuel Caetano, Sra. Maribel, de um representante caiçara e do Cacique Ramon.

4. Pauta da Reunião:

- Abertura, Mística e Verificação de Quórum
- Mesa de Abertura Institucional
- Minuta do decreto de regularização fundiária para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).
- Leilão de lotes para exploração de petróleo.
- Censo Agro 2027 e CADÚNICO.
- Informes Gerais e Encaminhamentos.

5. Resultados e Deliberações:

- Aprovada a substituição do termo "regularização" por "identificação, demarcação ou regularização" no Artigo I da minuta do decreto.
- Acordado que os representantes dos povos de terreiro redigirão um texto específico para o Parágrafo único do Artigo 19, abordando a titularidade individual e coletiva de seus territórios.
- Sugerida e registrada a remoção da palavra "subsistência" no Artigo II.
- O Grupo de Trabalho responsável pela revisão da Minuta do Decreto procederá com a substituição do termo "reconhecimento" por "autodeterminação e respeito" no Artigo II.
- O Grupo de Trabalho padronizará a nomenclatura para "povos e comunidades" em toda a extensão da Minuta do Decreto.
- Proposta a inclusão dos termos "salvaguarda" e "proteção" dos territórios e práticas tradicionais no Artigo IV, além da ênfase no papel dos territórios na conservação ambiental e mitigação climática.
- Deliberada a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para concluir a revisão da minuta do decreto, composto por Misael, Adriana, Cacique Ramon, Fábio, Patrícia e Marina.
- Validada a entrega política da minuta do decreto finalizada à Sra. Fernanda Machiavelli, Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

- Aprimoramento do Processo Administrativo (Art. 8º, §3º): Sugerida a inclusão de diretrizes para a criação de um regimento simplificado no rito de instauração do Processo Administrativo (Art. 8º, §3º). A proposta visa conferir maior celeridade e eficiência à tramitação, com o objetivo de superar entraves burocráticos e acelerar as etapas de identificação, demarcação e regularização dos territórios tradicionais.
- Firmado acordo de apoio jurídico e humanitário pelo Instituto Arayara para comunidades afetadas por leilões de petróleo e empreendimentos energéticos, via contato arayara@arayara.org.

6. Informes e Encerramento da Reunião:

- Convocação de reunião técnica de alinhamento interno restrita aos conselheiros representantes da sociedade civil do CNPCT, agendada para as 18h.
- Informou-se que a minuta do decreto será submetida à **Consultoria Jurídica (CONJUR)** do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para fins de revisão técnica e aferição de conformidade com os marcos legais vigentes.
- Atribuição aos relatores dos grupos de trabalho da responsabilidade pela sistematização e consolidação integral das contribuições apresentadas em plenária em um documento técnico unificado.
- Deliberação da Presidência do CNPCT pela convocação de sessão extraordinária do colegiado, em data a ser definida, com pauta exclusiva voltada à análise dos impactos e riscos da sobreposição de leilões de exploração de petróleo em territórios tradicionais.
- Reiteração do prazo limite para a submissão dos descritivos dos segmentos vinculados ao CadÚnico ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sob risco de impossibilidade de edição posterior dos dados demográficos pelo Instituto.
- Registro de informe acerca da realização do Encontro Pré-COP dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), programado para o dia 08 de julho, em Brasília/DF.
- Registro de alerta do Plenário quanto aos impactos socioambientais do certame de blocos petrolíferos previsto para o dia 17 de junho, identificado como "Leilão do Juízo Final".